



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2017.
(Autor: Vereador Serginho Ribeiro/PPL)

Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

O Vereador Serginho Ribeiro/PPL nos termos que regem o art. 122, I do Regimento Interno desta Casa de Leis Requer a Mesa Diretora, após deliberação legislativa, seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, solicitando a Secretaria Municipal de Educação que informe o seguinte acerca ação movidas pela Secretaria para suspender liminares no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, quanto a matrículas em CMEIS e Escolas Municipais:

1. Houve por parte da Secretaria ou da Procuradoria Jurídica do Município o ajuizamento de ação de suspensão de segurança que tivesse como finalidade desobrigar o Município de efetuar a matrícula de alunos em Centro Municipais de Educação Infantil – CMEIS e/ou em escolas municipais?
2. Se sim a resposta ao item 1, expor os motivos que levaram o Poder Executivo a tomar essa atitude jurídica e qual foi a posição do Tribunal de Justiça (fornecer cópia);
3. Qual é o número de crianças à espera de vagas atualmente nos CMEIS e Escolas Municipais sob a responsabilidade do Poder Público Municipal?
4. Fornecer cópia de todas as liminares ajuizadas perante o Tribunal de Justiça do Paraná e que são oriundas de matrículas em CMEIS e Escolas Municipais.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 24 de julho de 2017.

Serginho Ribeiro
Vereador/PPL

Justificação

A proposta legislativa apresentada tem a finalidade de saber se são verídicas as informações dando conta que o Poder Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação e/ou da Procuradoria Jurídica do Município, ajuizaram ação de suspensão de segurança que visa tirar a obrigatoriedade de o Município efetuar matrículas em CMEIS e escolas sob sua responsabilidade.





Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Faço esse requerimento, pois, não conseguimos ter acesso no Portal da Transparência de tais informações, o que chamou a atenção, ainda mais pelo fato de ter recebido alguns dados em nosso gabinete sobre essa possível ação judicial movida pelo Poder Público. O que de pronto, caso realmente se concretize essa informação, será lamentável e preocupante.

Espero, pois, contar com a resposta ao solicitado.

